

Declaração do Partido Operário Revolucionário

Seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Em defesa da autodeterminação e da soberania dos povos semicoloniais

Fora a intervenção da ONU e da França imperialista sobre a Costa do Marfim

6 de abril de 2011

No dia 4 de abril, as forças da ONU, apoiada pela França, bombardearam a sede do governo da Costa do Marfim. Trata-se de uma intervenção imperialista no País africano, que atravessa uma violenta disputa entre frações da classe dominante pelo poder do Estado.

A guerra civil que dilacera a Costa do Marfim não é manifestação recente. Tem início na disputa de poder entre duas frações da burguesia semicolonial marfinense: uma, encabeçada por Laurent Gbagbo; outra, por Alassane Ouattara. Em 2002, os dois chefes constituíram um governo de união nacional, rompido em pouco tempo por um motim de soldados em Abidjan, principal cidade e sede do governo. eclodiu a guerra civil. No ano seguinte, um novo acordo de unidade foi estabelecido. No entanto, não pôs fim à cisão irreconciliável.

Em 2004, a ONU decidiu impor sanções à Costa do Marfim, como a proibição do comércio de diamantes e de armas. Envia sua “força de paz”. Estava instaurada a intervenção do imperialismo no conflito interno da semicolônia. O presidente Gbagbo admitiu reatar relações com a oposição, representada pelo partido Novas Forças e fazer reformas constitucionais. Tudo se passou sob as ordens da ONU.

As eleições de outubro de 2010 foram para segundo turno e, em novembro, Ouattara foi declarado presidente pela Comissão Eleitoral. No entanto, a Corte Constitucional considerou que houve fraude eleitoral em regiões controladas pelo Novas Forças, e dá vitória a Gbagbo. A ONU tomou partido de Ouattara, numa clara violação da soberania do País. A União Africana desligou a Costa do Marfim de sua organização e a União Européia decretou sanções econômicas. Ouattara formou um governo paralelo com apoio da ONU e da França, representando o intervencionismo europeu.

Essa descrição dos fatos indica que a política internacional está em uma etapa de crescente ofensiva das potências sobre as nações semicoloniais. Basta que juntemos os acontecimentos: Afeganistão, Iraque, Palestina, Balcãs, Haiti, Líbia, Egito, etc. Ora o imperialismo veste a máscara institucional da ONU, ora se mostra de corpo inteiro, como na invasão do Iraque. Atuando por cima das nações e das frações em choque, bem como apoiando uma delas, as potências impõem pela força das armas os interesses do capital financeiro, das multinacionais e dos monopólios comerciais; impõem o controle das fontes de riqueza natural. Não há conflitos, levantes e guerras entre frações da burguesia semicolonial que o imperialismo não esteja presente e que não tenha alguma responsabilidade pela violência reacionária.

A classe operária internacional, sua vanguarda, suas organizações sindicais e correntes que se reivindicam revolucionárias ou democráticas têm o dever de levantar a bandeira de autodeterminação dos povos, soberania das nações oprimidas, independência nacional e fim das intervenções diplomáticas, políticas e militares.

Fora a coalizão imperialista da Líbia

Os fatos confirmam que a guerra civil iniciada no levante de Benghazi se transformou com o cerco militar e os ataques das forças de coalizão lideradas pelos Estados Unidos, Inglaterra e França. Não há mais o objetivo democrático dos líbios se libertarem da autocracia da família de Kadafi. A razão está em que a derrubada do ditador e de seu clã do poder do Estado se dará pelas mãos do imperialismo e não pelas das massas sublevadas. Não será obra da revolução, mas da contrarrevolução.

A Líbia sob um novo governo burguês imposto pelas armas das potências sofrerá duplamente com a instalação de uma nova ditadura e uma dominação interna pelo imperialismo. Não será possível retomar a bandeira originária do levante de Benghazi de fim da ditadura de Kadafi, tendo à frente as forças do imperialismo e a submissão do Conselho Nacional Líbio a elas. Somente o combate antiimperialista pela autodeterminação do País e a derrota da ofensiva antinacional poderá reacender a tarefa de derrubar o regime de Kadafi e colocar plenamente as tarefas da revolução.

Tudo indica que o aparato militar da coalizão, agora sob a forma da OTAN, e amanhã sob a vestimenta da ONU, ganha terreno. Vem abrindo caminho para as forças da oposição, que até há pouco estavam na iminência de ser derrotadas. Se necessário for, o imperialismo passará por cima da Resolução da ONU e enviará tropas por terra. Uma nova etapa do conflito está em andamento. Sobre os destroços das armas de Kadafi, avança e recua a oposição encabrestada pelo imperialismo. Continua a debandada de influentes homens do regime, o que expressa uma crise política no seio do Estado.

Kadafi ameaçou armar um milhão de partidários para defender a Líbia contra os colonialistas, mas não cumpriu e tudo indica que não cumprirá. A ditadura não tem como liderar uma resistência antiimperialista. Sob seus pés há uma profunda cisão do País, que poderá se ampliar com o avanço da oposição apoiada no imperialismo. E o mais importante, o regime de Kadafi estava comprometido até o pescoço com setores da burguesia imperialista e com seus governos. Por tudo isso, trata-se de uma ditadura esgotada. Devem ser corretas as informações de que Saif al-Islam Kadafi, um dos filhos do ditador, abriu uma divisão no núcleo do poder com uma proposta de afastamento do pai e início de uma transição, bem como a de que está em andamento negociações de bastidores para uma solução. Kadafi se mostra disposto a cumprir a Resolução da ONU. Falta apenas um acordo de como será feita a transição.

As potências pretendem encurralar o regime, provocar-lhe cisões e enfraquecê-lo ao máximo para desfechar-lhe o golpe fatal. Qualquer transição que seja – mantendo algum poder ou não ao clã de Kadafi – terá de ser conduzida pelo imperialismo. Essa é a condição fundamental. É assim que os vencedores reestruturarão o Estado e nele se instalarão por meios das forças burguesas e pequeno-burguesas oposicionistas, que estiveram no começo do levante ou que a ele se juntaram. Essa é a maior tragédia que pode ocorrer na Líbia.

A luta internacional da classe operária se concentra na tarefa de rechaçar o ataque das potências e defender a autodeterminação da Líbia.

lêmen – Abaixo o governo pró-imperialista de Ali Abdullah Saleh

Fora a transição negociada pelo imperialismo!

No dia 4 de abril, novas manifestações nas ruas de Taiz, no sul do Iêmen, foram combatidas por um brutal ataque policial e por franco-atiradores. Contabilizaram mais 17 mortes e dezenas de feridos. Em 18 de março, na capital Sanaa, morreram 52 manifestantes. O número de vítimas da repressão passa de 100. A violência reacionária do governo de Ali Abdullah Saleh, há trinta e três anos no controle do Estado, não intimida as massas que ganham as ruas e exigem sua destituição. Trata-se de mais um país árabe que enfrenta uma rebelião.

Saleh tornou-se um homem dos Estados Unidos. Implementa a política do imperialismo de liquidação da organização Al Qaeda e de combate ao terrorismo. As Forças Armadas do País são instruídas pelo Pentágono. Igual a outros países árabes, o Iêmen tem sua economia baseada no petróleo. A ascendência da burguesia americana sobre o Estado iemenita é parte do controle exercido sobre a maioria dos governos árabes.

Por meio de ditaduras, monarquias e presidentes fantoches, o imperialismo americano estendeu seu poderio no Norte da África e no Oriente Médio após a 2ª Guerra Mundial. O Iêmen conservou uma estrutura social e o atraso no desenvolvimento capitalista como outras nações da região. Não por acaso, as manifestações que se desencadearam na esteira do levante da Tunísia e do Egito contam com a presença dos chefes tribais e com as manifestações de problemas étnicos, bem como da vasta pobreza das massas.

Os Estados Unidos trabalham com desertores do regime, como o general Ali Mohsen al-Ahmar, para operar a transição. As mortes de opositores não foram motivos de propaganda das potências, como no caso da Líbia. A razão está em que esperam conservar seu fantoche. Mas se as massas continuarem a ganhar as ruas e as mortes aumentarem, o imperialismo não pode deixar que o governo seja derrubado pelo levante, que pode se configurar como parte de um processo revolucionário.

Embora não se tenha à frente do levante iemenita uma direção proletária e esteja sob influência de interesses tribais, deve ser apoiado na tarefa de derrubar o governo fantoche.

Expulsar do Bahrein as tropas da Arábia Saudita

Em 14 de fevereiro, começaram as manifestações contra a monarquia chefiada por Hamad bin Isa al-Khalifa. Imediatamente, o rei Abdullah ibn Abdul Aziz, da Arábia Saudita, enviou tropas para o Bahrein, auxiliado pelos Emirados Árabes. Configurou-se uma invasão, sob o pretexto de não permitir que o Irã aproveitasse da crise, uma vez que a população do Bahrein é constituída de maioria xiita, governada pela minoria sunita. Separação étnica que esconde as divisões de classe e a opressão da burguesia-semifeudal sobre o conjunto dos explorados.

Os Estados Unidos procuraram se fazer de conselheiros da solução pacífica. Assim, permaneceram escondidos por trás da decisão do rei saudita e do xeque emirado. Ocorre que Bahrein, Arábia Saudita e Emirados Árabes formam um complexo petrolífero e ocupam um lugar estratégico no Golfo Pérsico. O imperialismo americano controla toda a região com sua poderosa 5ª Frota Naval, comandada por uma base militar em território bahrenita.

As manifestações pela derrubada da monarquia afetam o regime da Arábia Saudita, que também vem sendo combatido nas ruas. O avanço de movimentos democráticos revolucionários em vários países do Norte da África e do Oriente Médio pode comprometer a existência de velhas monarquias. Está aí por que o rei Abdullah apoiou a repressão no Egito, ofereceu-se para auxiliar

no esmagamento do levante e não concordou com a diretriz norte-americana de afastar Rosni Mubarak.

A Arábia Saudita, por conter a maior reserva de petróleo, é motivo de grande preocupação do imperialismo. Estrategicamente, mostrou sua importância na Guerra do Golfo, em 1991, dos Estados Unidos contra o Iraque. A monarquia petrolífera tornou-se uma grande compradora de armas da indústria bélica norte-americana.

No conflito com o Irã, o imperialismo conta com Israel, de um lado, e com a Arábia Saudita, de outro. Caso a onda de levantes seja controlada pela feudal-burguesia árabe e pelo imperialismo, os Estados Unidos retomam seu plano de guerra contra o Irã. Caso as lutas se prolonguem e dêem lugar a governos submetidos às pressões das massas, ainda que não sejam antiimperialistas, não será bom para o domínio dos Estados Unidos e para o expansionismo das potências. Quanto mais tempo forem preservadas as monarquias que ainda se mostram estáveis, mais o imperialismo pode agir para controlar as sublevações e fazer as transições inevitáveis.

Os confrontos no Bahrein não se ampliaram como no Iêmen. A invasão do País pelas tropas sauditas e emiradas indica o desespero da monarquia da Arábia Saudita e do imperialismo.

Está em andamento uma situação ainda mais convulsiva na região do Golfo. É parte da luta antiimperialista dos povos árabes oprimidos, o combate contra os invasores do Bahrein e a derrubada da feudal-burguesia árabe do poder.

Estremece a ditadura na Síria

Fim do Estado policial!

Na segunda semana de março, a Síria também viveu a comoção de protestos, golpeados por dura repressão, que resultou em mortes. Estima-se pelo menos uma centena. No seio das massas, gestou-se o descontentamento com a ditadura do Partido Baath, que se elevou ao poder em 1963 por meio de um golpe militar. É parte da história da ditadura exercida pela família al-Assad, o genocídio de vinte mil opositores, em 1982, na cidade de Hamah.

Uma das reivindicações dos protestos é o fim da Lei de Emergência, vigente desde 1963. Com o regime discricionário, a burocracia estatal e a polícia têm a total liberdade para perseguir os opositores, prender, torturar e matar. Haja vista o motivo pelo qual começaram as manifestações em Deraa. Uma multidão saiu às ruas exigindo a libertação de jovens que haviam sido presos por fazerem grafites. Foi o estopim para o contido ódio popular se materializar em ação coletiva contra o regime de opressão chefiado por Bashar al-Assad.

Sem dúvida, o movimento de massa que se levantou na Tunísia, Egito e em outros países árabes repercutiu no ânimo dos sírios para enfrentar o governo policial de al-Assad. Distintamente da ditadura do Mubarak e da monarquia de Abdullah, o regime na Síria conserva traços do nacionalismo. Assemelha-se, nesse aspecto, ao regime líbio. É certo que Kadafi foi mais longe no abandono do nacionalismo e no entreguismo que al-Assad, que ora se aproxima, ora se afasta da política dos Estados Unidos.

O presidente George W. Bush colocou a Síria no seu roteiro de guerra denominado de “eixo do mal”. Obama deixou de lado a diretriz republicana que amalgamava Irã, Síria e Coreia do Norte. Apesar dos Estados Unidos manterem parcialmente as sanções econômicas à Síria, os atritos têm

sido amenizados. O fato do governo sírio não ter colocado nenhum obstáculo à invasão do Iraque permitiu que o imperialismo abrandasse as pressões internacionais sobre o País.

Para as massas árabes, foi representativa a posição de Hafiz al-Assad de se opor ao acordo de paz entre Egito e Israel, patrocinado pelos Estados Unidos. Acordo esse contrário à luta do povo palestino contra o sionismo e o expansionismo de Israel, fortalecido com a vitória na “Guerra de Seis Dias”, em que a Síria perdeu as Colinas de Golã, onde nasce o rio Jordão. O apoio da burguesia síria ao Hezbollah tem a ver não apenas com os problemas internos do Líbano, mas com o fato da Síria reivindicar o território perdido com a partilha imposta pela Inglaterra e estar em conflito com Israel em torno da anexação de Golã. Essas circunstâncias históricas serviram e servem de base para o funcionamento do regime policial desde 1963.

A capitulação do Egito, berço do nacionalismo pan-arábico, expressou a acomodação generalizada da feudal-burguesia árabe, com suas monarquias e ditaduras, ao sionismo e à hegemonia mundial dos Estados Unidos. Mas as massas exploradas, que expressam as nações oprimidas, do Norte da África e do Oriente Médio, não se conformaram. O Estado policial volta-se sobretudo contra a maioria oprimida.

A ditadura chefiada pelo clã dos Assad's não teve como sustentar o nacionalismo e mais recentemente abriu uma porta para a entrada das pressões imperialistas sobre a Síria. Mas pelo visto ainda se vale de um capital político acumulado no passado para manter o apoio de uma parte da população. Não temos como saber a extensão. O que parece certo é o crescimento da oposição dos explorados ao Estado policial.

Abaixo a ditadura de Assad! Fim do Estado policial! Viva o levante das massas sírias!

Golpear o imperialismo derrubando as monarquias e ditaduras

Distinguímos o levante das massas e os seus mártires da política burguesa e pequeno-burguesa que as encarceram e as conduzem. Em seu seio, não há uma direção revolucionária que expresse o programa histórico do proletariado. Não contam com o partido marxista-leninista-troscista. A crise de direção assinalada pelo Programa de Transição da IV Internacional se manifesta agudamente.

A crise mundial do capitalismo que vem afetando em distintos graus os países, as greves na Europa, protestos nos Estados Unidos e sobretudo as sublevações nas nações árabes indicam que as condições objetivas para as revoluções proletárias estão dadas. Essa é uma premissa histórica que sustenta o Programa de Transição e que permite compreender em toda sua amplitude a crise de direção, aberta pela degeneração do Partido Comunista Russo e da ditadura do proletariado sob a política de Josef Stálin.

A liquidação da III Internacional pelo estalinismo provocou um retrocesso de grande dimensão do movimento revolucionário mundial. Os obstáculos que impediram de a IV Internacional constituir o Partido Mundial da Revolução Socialista e sua desintegração nos anos 50 refletiram a reestruturação da classe capitalista sob a égide dos Estados Unidos e o recuo da luta de classes.

As massas voltam a protagonizar movimentos de grande envergadura e de alcance mundial, impulsionadas pela crise econômica, pelo desemprego, pela miséria, pelas medidas governamentais e pela opressão nacional. Não se deve, certamente, exagerar seu alcance, mas também não subestimar sua importância para a política internacional do proletariado. As

contradições econômicas, sociais e políticas que deram lugar aos levantes nos países árabes indicam que a luta de classes entrou em uma nova fase, cujo desenvolvimento depende da constituição de direções revolucionárias.

O empenho do imperialismo de conter o movimento democrático das massas e de evitar que ultrapassem os limites das bandeiras liberais - impressas pelas forças burguesas e pequeno-burguesas - reflete o desenvolvimento da crise capitalista e as tendências dos explorados de intensificarem a luta de classes. Na base das contradições sociais que impulsionam os explorados árabes a lutar contra os regimes arcaicos, está o choque entre as forças produtivas e as relações de produção. As monarquias e ditaduras que sustentam o poder da burguesia semifeudal transformaram-se em uma trava para as forças produtivas e para o progresso social.

Uma das características fundamentais da época imperialista é o da rebelião das nações oprimidas contra as nações opressoras, ou seja, o imperialismo. Intervenções como as do Vietnã, da Somália, dos Balcãs, do Afeganistão, Iraque, Líbia, etc. e as ameaças de guerra contra o Irã são encadeamentos do conflito entre nações oprimidas e opressoras. Não se devem desvincular os atuais levantes contra as ditaduras e monarquias árabes do domínio imperialista. O capital financeiro e os monopólios industriais e comerciais, que controlam a economia mundial, atuando por cima das fronteiras nacionais dos países de capitalismo atrasado, levantam-se como a mais poderosa trava para a livre expansão das forças produtivas e para a cooperação entre os povos.

As massas despolitizadas, sem a direção do partido marxista e influenciada pela política burguesa opositora não alcançam levantar as bandeiras de independência nacional e de autodeterminação, mas nem por isso não deixam de estar em rota de colisão com o domínio colonialista. O enfrentamento corpo a corpo das massas com os governos títeres, vendilhões e corruptos encarna a revolta das forças produtivas, que estão condicionadas pela lei do desenvolvimento desigual e combinado capitalista.

Por mais que os confrontos sangüinários compareçam sob a forma de disputas sectárias, religiosas, de tribos e clãs, não passam de expressões deformadas das contradições capitalistas, da opressão nacional e da opressão de classe. A classe operária minoritária terá de superar seu atraso político organizando-se em torno do programa da revolução socialista. Assim, terá como unificar a maioria explorada a partir das tarefas democráticas, que estão na base das sublevações. Nenhuma outra classe oprimida poderá combater a feudal-burguesia árabe e o imperialismo com as bandeiras nacionais e democráticas.

A classe operária organizada em seu partido e com o programa da revolução social saberia e saberá identificar a relação orgânica dos regimes monárquicos, ditatoriais e despóticos com o imperialismo. O fundamento do internacionalismo imperialista é de constituir governos que sigam a centralização econômica do grande capital. Uma das características fundamentais do pós-guerra foi a elevação dos Estados Unidos como centralizador e coordenador da política das potências. Está aí por que não há intervenção que não esteja sob suas premissas.

A França somente enviou seus aviões para a Líbia depois dos Estados Unidos decidirem que era hora de depor Kadafi e condicionar a oposição recuada e quase derrotada. Tudo indica que a onda revolucionária será disciplinada por meio de reformas liberais. Mas não se sabe se por muito tempo. As aspirações democráticas e sociais dos explorados não serão concretizadas por nenhum governo burguês. Nota-se que as transições em curso ocorrem conservando o essencial do velho regime e estimulando as ilusões democráticas das massas em torno de eleições, que

não serão democráticas e que de nada servirão para dar curso às mudanças exigidas pela situação econômica e social. Sequer uma Assembléia Constituinte controlada pelas forças da feudal-burguesia se colocou. As reivindicações de fim das ditaduras, completa liberdade política e sindical, assembléia nacional constituinte soberana, emprego e salários são incompatíveis com a caricatura democrática das transições, como se observa na Tunísia e no Egito.

As tarefas democráticas de países de capitalismo atrasado não têm como serem assumidas pela feudal-burguesia e pelo imperialismo. A classe operária desses países, apoiada no proletariado mundial, encarna em seu programa as reivindicações democráticas do conjunto das massas e as ajuda pela experiência da luta de classes a convergirem com o programa da revolução e ditadura proletárias. Os levantes dão lugar às revoluções quando expressam a vontade da maioria explorada. O que não quer dizer que inevitavelmente vão triunfar. Dependem não somente da arremetida da maioria explorada, mas também de sua direção.

As sublevações contra as ditaduras e monarquias se convertem em movimentos revolucionários democráticos por seu conteúdo, limitando-se a democráticos burgueses e pequeno-burgueses por sua direção não proletária. É preciso apoiá-los no que têm de progressivo, como o enfrentamento aos regimes autocráticos, por suas derrocadas, pelas liberdades democráticas e fim da repressão. Ao mesmo tempo, assinalar suas limitações democrático-burguesas e pequeno-burguesas, defendendo o programa do proletariado.

Nenhuma tarefa democrática da nação oprimida poderá ser resolvida por um novo governo da feudal-burguesia árabe que venha a substituir os velhos regimes e sob o domínio imperialista. A forma econômica do capitalismo semicolonial, a estrutura de classes, o regime político autocrático, o desenvolvimento histórico de nações oprimidas e a ampla pobreza da maioria conferem um conteúdo democrático da revolução. As massas terão de passar pela experiência da luta de classes em torno das tarefas democráticas próprias de cada país semicolonial. Algumas delas são: conquista da independência nacional, fim do tribalismo, unidade nacional do país, fim das discriminações étnicas, superação dos conflitos fanático-religiosos, solução do problema da terra, controle das riquezas nacionais, estatizações, etc.

O programa socialista do proletariado não só não as desconhece como as incorpora, tomando-as como ponto de partida da revolução social. As amplas massas árabes duplamente oprimidas – pela feudal-burguesia e pelo imperialismo saqueador – se unirão em torno das bandeiras nacionais e democráticas. A revolução democrática não pode, porém, se impor à feudal-burguesia e ao imperialismo sem que o proletariado conquiste o poder do Estado e avance nas tarefas socialistas de expropriação do grande capital e transformação da propriedade privada em propriedade coletiva dos meios de produção.

O enfraquecimento das ditaduras e monarquias e o avanço dos movimentos de massas resultam em duro golpe no domínio imperialista. O que indica a possibilidade de se ter um período de agudos embates em torno das bandeiras democráticas e antiimperialistas.

O trabalho de construção dos partidos revolucionários e de reconstrução da IV Internacional se potencializa com a tendência da classe operária e da maioria explorada de responderem com os métodos revolucionários de luta. Novos problemas surgem com a crise mundial. A burguesia imperialista está obrigada a atacar a classe operária em seus países, ao mesmo tempo em que ataca as massas das nações oprimidas. Em nome da paz e dos direitos humanos, voltam sua máquina de guerra para impor as mais duras condições de exploração.

Sob o Programa de Transição da IV Internacional, lutamos pela vitória da revolução democrática nos países árabes conflagrados que virá com a chegada do proletariado ao poder, apoiado na maioria oprimida. O combate das massas sofridas às ditaduras e ao imperialismo constitui um elo da retomada da revolução socialista mundial, interrompida com o processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, China e outras latitudes.

Viva os levantes revolucionários das massas!